



RELATÓRIO DAS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS

16 de Junho de 2013

Organização da Comissão de Avaliação Interna

RELATÓRIO DAS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS

ÍNDICE

Nota de Apresentação	Pág. 3
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	Pág. 3- 6
Painel “Plano de Curso e Avaliação: Reforma ou Revolução?”	Pág. 7- 11
Debate entre Oradores do Painel e convidados da Plateia	Pág. 12- 14
Painel “Saídas Profissionais- Dificuldades ou Oportunidades?”	Pág. 15- 17
Debate entre Oradores do Painel e convidados da Plateia	Pág. 18
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	Pág. 19
Nota de Conclusão	Pág. 20

Nota de Apresentação

Como é do conhecimento da Academia, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa deu início, neste ano do seu centenário, que é também o da fusão entre a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa, a um processo interno de avaliação e de reflexão em torno da sua missão, objectivos, organização e funcionamento, processo este relacionado com a avaliação externa da Faculdade promovida pela A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior).

Neste âmbito, entendeu a Comissão de Avaliação Interna encarregar deste processo ser da maior importância a organização de umas Jornadas Universitárias, abertas a todos os membros da comunidade académica, tendo em vista a promoção de um debate intenso, verdadeiro e transparente sobre alguns dos grandes desafios que a nossa Faculdade e os seus membros enfrentam.

Para estas Jornadas, entendeu-se que seria enriquecedor obter também o valioso e experiente contributo de alguns *olhares exteriores* convidados a exprimirem a sua opinião relativamente a dois polos temáticos que se revelam centrais na vida da Faculdade: “Plano de Estudos e Avaliação” e “Saídas Profissionais”.

Para o Painel “Plano de Estudos e Avaliação” foram convidados o Juiz Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e antigo Ministro da Justiça, Álvaro Laborinho Lúcio, o Bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, Carlos Lacerda Barata, Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa e Maria João Estorninho, Presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade. Para o Painel “Saídas Profissionais” foram convidados o Presidente do Conselho de Administração da Fidelidade Mundial, Jorge Magalhães Correia, o Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados e ex-Comissário Europeu da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, o Presidente do Movimento Europeu de Magistrados para a Democracia e Liberdade, António Cluny e o Sub-Director e Coordenador das Saídas Profissionais da Faculdade, Rui Pinto.

Com respeito pela tradição da representação estudantil nos momentos marcantes na vida da Faculdade de Direito de Lisboa, a Comissão de Avaliação Interna convidou ainda a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa a participar no Painel “Plano de Estudos e Avaliação”, que se fez representar pela sua Presidente Francisca Soromenho, e o representante dos estudantes mestrados da Faculdade, André Barata, a participar no Painel “Saídas Profissionais”.

Para estas Jornadas, entendeu-se que seria importante para memória futura a gravação audiovisual das intervenções dos seus oradores pelos Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa, pelo que o vídeo destas Jornadas ficará disponibilizado no sítio da Faculdade de Direito.

SESSÃO DE ABERTURA

A Sessão de Abertura das Jornadas Universitárias da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa contou com a presença do Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, António Sampaio da Nóvoa, do Sr. Presidente do Conselho Geral da Universidade de Lisboa, Henrique Granadeiro e com o Sr. Director da Faculdade, Eduardo Vera-Cruz Pinto.

Eduardo Vera-Cruz Pinto abordou a necessidade de um debate interno das questões de organização e funcionamento da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a necessidade de um debate externo com a nova Universidade de Lisboa e com personalidades de reconhecido mérito na área do Direito a nível nacional. As Jornadas foram consideradas um momento importante na vida presente e no futuro da Faculdade. A Faculdade de Direito quer viver de acordo com as novas regras do Ensino Superior Português.

António Sampaio da Nóvoa referiu que a desregulação do sistema de Ensino Superior Português tanto nas Universidades Privadas como nas Universidades Públicas tornou necessário um processo de avaliação externo como controlo da garantia da qualidade no Ensino Superior. Esta desregulação sucede pela grande expansão sem precedentes de Cursos e Instituições de Ensino Superior no panorama nacional e internacional. Os Cursos leccionados pela Universidade de Lisboa têm sentido esta avaliação e acreditação como uma espécie de interferência na vida das Escolas colocando em causa a sua autonomia, sobretudo porque o processo em causa foi iniciado para controlar as Universidades Privadas que desrespeitaram as regras da garantia da qualidade. A Universidade adoptou um sistema interno da garantia da qualidade que deve ser reconhecido pelas entidades externas impostas pelo Ministério da Educação.

A antecipação do futuro por parte das Faculdades da Universidade de Lisboa tem dado início a uma mudança de ambiente interno que favoreceu um debate nas questões da organização e funcionamento da cada Faculdade. Os melhores momentos das Universidades foram sempre aqueles em que estas foram capazes de antecipar o futuro da sociedade civil, cumprindo melhor a sua função.

Deve existir um compromisso público entre estudantes e docentes para um melhoramento da sociedade académica e uma necessidade de antecipação do futuro da própria sociedade civil como reflexo da dinâmica da sociedade académica. Reconheceu-se o esforço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sobretudo desde Dezembro de 2012 nas questões da avaliação interna, com a criação de uma Comissão de Avaliação Interna composta por docentes, discentes e trabalhadores não docentes.

As Faculdades têm de ser entendidas como mais do que meros instrumentos pedagógicos mas sobretudo como instrumentos de estudo académico e análise do futuro a construir, originando uma simbiose entre ensino e investigação científica. Deve portanto existir uma alteração de paradigma na perspectiva da valorização do estudo, valorizando menos a interminável sucessão de aulas e mais o espírito de Investigação permitindo um percurso académico.

As Saídas Profissionais merecem um debate profundo no seio da Universidade, devendo pensar-se numa Cultura das Profissões e não criando Cursos sem previsibilidade de emprego. A Empregabilidade não pode servir como guia de orientação para a manutenção dos Cursos existentes. Se conseguirmos que essa cultura interna esteja presente no interior da Faculdade resolvemos grande parte das questões das saídas profissionais. No que diz respeito à empregabilidade, a Universidade não deve ser dirigida em função de cursos com maior empregabilidade mas deve antes preocupar-se com a Cultura das Profissões. O debate deve centrar-se sempre na questão das saídas profissionais e não da empregabilidade, pois a Universidade deve ser capaz de se pensar a si mesma.

Conclui António Sampaio da Nóvoa que o essencial deve ser a defesa de uma dinâmica de reflexão para afirmação da nossa autonomia interna por resultar de uma capacidade de organização autónoma que nos permita libertar-nos de um conjunto de constrangimentos administrativos e burocráticos que afectam gravemente a vida das Universidades.

Henrique Granadeiro constatou que após a fusão da antiga Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa deu-se conta de que a Nova Universidade deveria ser mais comprometida com o progresso da sociedade civil, um comprometimento com a descoberta do conhecimento mas também com as questões públicas do Ensino Superior. Este é um importante momento de reflexão e capacidade de organização autónoma das Unidades Orgânicas da Universidade de Lisboa.

A experiência actual da Universidade de Lisboa baseia-se na descoberta e divulgação do conhecimento, que não num mero binómio professor-estudante. A discussão prende-se sobretudo hoje com as saídas profissionais, não sendo aceitável que as poupanças das famílias que são confiadas à Universidade nunca venham a ter uma retribuição desse esforço financeiro.

A Universidade de Lisboa passou por uma fase de mudança após a fusão da UL-UTL que muito aproveita à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa por ser a única Unidade Orgânica que lecciona o Curso de Direito, o qual deve ser potenciado em encontro com outras áreas do saber. A nova Universidade de Lisboa estará mais ligada à sociedade civil e às empresas, vocacionada para o mercado de trabalho em função da produção e descoberta de novos conhecimentos.

Existe agora um compromisso pela procura da inovação e dos empregos mais ligados a bens e serviços, um compromisso com outras instituições de Ensino Superior de diferentes áreas do saber que agora se encontram no seio da mesma Universidade. O percurso da nova Universidade deve centrar-se agora na internacionalização dos seus Cursos e na possibilidade da existência e manutenção de Cursos que podem permitir uma maior oferta para o mercado de trabalho.

A Universidade de Lisboa foi pioneira nas diversas áreas de regulamentação do seu funcionamento e da sua gestão por iniciativa do Conselho Geral, através da incorporação do conceito de *corporate governance* face a outras soluções de outras Universidades Públicas. A criação de Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa foi um projecto no qual o Conselho Geral se empenhou, uma estrutura comum de gestão moderna e inovadora, focando nas suas

unidades orgânicas o ensino e a investigação e criando para a sua gestão uma organização de excelência, capaz de responder aos desafios organizativos que hoje se colocam numa administração pública moderna e próxima dos seus utilizadores.

A Universidade de Lisboa teve de suprir uma desorçamentação do Estado Português e um desincentivo à investigação científica através de projectos com o apoio das mais elevadas instâncias internacionais, criando instrumentos de gestão mais rigorosos e com uma maior participação de todos os órgãos de gestão da Universidade. A Universidade perdeu nos últimos dez anos cerca de metade das verbas do Orçamento de Estado para a Universidade de Lisboa.

Este projecto de fusão da UL-UTL começou como um projecto entre os dois actuais Reitores das Universidades criando uma nova Universidade que será uma das maiores da Europa, uma nova Universidade que herda da antiga Universidade de Lisboa um acervo patrimonial imenso que pode vir a servir como meio de financiamento interno para consolidação das suas contas. Todo o património afecto à antiga Universidade não se encontrava na propriedade da mesma; contudo esse problema ficou resolvido aquando da criação da nova Universidade de Lisboa. Este acervo patrimonial é portador das maiores esperanças no seio da nova Universidade, um instrumento extraordinariamente importante para reforçar a componente de receitas próprias para desenvolver as suas actividades próprias. A nova Universidade de Lisboa pode utilizar os meios que conjuntamente agora possui em face da fusão e possibilitar novos fins que, de agora em diante, podem ser atribuídos a determinadas instalações.

O problema da empregabilidade tem prejudicado a Universidade e os estudantes que confiam os seus investimentos na mesma, sobre as saídas profissionais deverá recair o maior enfoco da nova Universidade. A captação de talentos é feita através de um apetrechamento não de um saber fazer determinado mas de uma capacidade de resposta indeterminada mediante problemas próprios da área de actividade do empregador. O afunilamento de uma área de formação universitária especializada inutiliza a previsão de sucesso da sua empregabilidade. Os empregadores pretendem sobretudo candidatos com grande qualidade científica e técnica que estejam necessariamente apetrechadas da capacidade de resolução de problemas próprios. A empregabilidade não pode ser um conceito motivador para o investimento pessoal dos estudantes universitários.

Henrique Granadeiro referiu ainda existir uma verdadeira reciclagem de licenciaturas de Faculdades de Direito do Ensino Superior Privado e Público de menor prestígio pelos Mestrados jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como forma de valorização curricular fazendo-se utilizar das Pós-Graduações da nossa Faculdade. Esta tendência generalizada de reciclagem de licenciaturas de qualidade duvidosa em Escolas de maior prestígio jurídico como a Faculdade de Direito de Lisboa implica uma esquizofrenia na massa estudantil, em que uns estão verdadeiramente preparados para fazer o Mestrado outros só o podem fazer adaptado à insuficiência dos conhecimentos que a licenciatura lhes terá proporcionado na anterior instituição de Ensino Superior.

Eduardo Vera-Cruz Pinto concluiu informando que a cooperação jurídica internacional está sempre presente na forma como a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa se vê a si mesma, revestindo-se a internacionalização de uma grande importância na vida da Escola,

sendo prova disso a presença nas Jornadas Universitárias do Sr. Director da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola), Carlos Teixeira.

PAINEL DO PLANO DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO – Reforma ou Revolução?

O Painel do “Plano de Estudos e Avaliação” das Jornadas Universitárias da Faculdade de Direito contou com a presença de Álvaro Laborinho Lúcio, José Miguel Júdice, Carlos Lacerda Barata e Maria João Estorninho. A moderação deste Painel ficou a cargo do Sr. Presidente do Conselho Científico da Faculdade, Pedro Romano Martinez.

Álvaro Laborinho Lúcio deu nota de que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa deve centrar-se sobretudo nas visões externas sobre o plano do Curso de Direito no panorama nacional. Os problemas da Faculdade de Direito são também os problemas da Universidade de hoje. A Universidade é hoje a pedra angular do futuro que os jovens têm pela frente. Deve reflectir-se sobre uma revalidação do conceito de *O tempo dos Estudos* que deve voltar a impregnar a Faculdade, um tempo essencial em que os estudantes podem fazer escolhas por afirmação, integração ou exclusão, um tempo em que se faz escolhas pela maturação do conhecimento, pelas consequências positivas e negativas, um tempo de partilha entre estudantes e professores e um tempo de convivência na Academia.

Uma Universidade tem de ser cruzada com as fases de Ensino que lhe antecedem, deve haver um momento de criação de pontes entre o Ensino Superior e Ensino Secundário, criando assim uma cultura interna em que estudantes e discentes se disponibilizam a deslocar-se a Escolas Secundárias para abordar problemáticas de algumas questões jurídicas e de aspectos próprios da construção de um jurista, a fim de suscitar a curiosidade e o interesse dos futuros estudantes desta Faculdade. A Universidade já passou por um tempo de Corte, um tempo das elites sociais que resultava de uma massa crítica que ia perdendo dimensão para o Ensino Básico e Secundário. O tempo de hoje não é assim mas de uma verdadeira Universidade.

O *semiquotidiano dos dias* que vivemos nas Faculdades de Direito é aquele no qual o professor universitário se dirige de manhã aos alunos para lhes revelar a essência do Direito, referindo que é este que leva à concretização do ideal de Justiça e que, à tarde, veste a toga e vai para o tribunal como advogado, dizendo exactamente o contrário do que tinha dito aos alunos. O ensino universitário do Direito em Portugal vive esta profunda esquizofrenia, que leva a que o aluno se pergunte o que estudar na Faculdade quando no futuro vai fazer o seu contrário.

O que importa às Faculdades de Direito deve ser para que serve o Direito e menos o que é o Direito. A posição ecléctica é aquela que se não se preocupa unicamente em saber o que é o Direito por dificilmente acabar por garantir uma argumentação forte para afirmar a validade do Direito num contexto social, mas que, por sua vez, assume uma posição finalística de atingir a função do Direito dificilmente é capaz de conceder uma validade autonómica, pelo que devem ser estabelecidas relações de convivência essenciais para a sobrevivência do Direito para evitar uma real degradação pública da imagem do jurista.

Essa funcionalização do Direito tem de começar nas próprias Faculdades, tornando-o num instrumento de soluções e menos num instrumento de obstáculos para as mudanças sociais. A eficácia do Direito consiste na relação entre identificação de problemas e apresentação equitativa de soluções, sempre com os olhos postos na sociedade civil; esta eficácia deve ser perspectivada nas condições do mercado financeiro e económico mas também uma eficácia ligada à validação social dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Há que recuperar uma ideia de interdisciplinaridade na relação do Direito com a sua verdadeira finalidade e instrumentalidade. Quanto à revalorização do pensamento e da investigação jurídica, há que recuperar uma interdisciplinaridade, o tempo não é portanto um espaço interdisciplinar generalizado mas um certo ritmo de ligação-desligamento disciplinar, pelo que se conclui que nada é verdadeiramente interdisciplinar sem ser primeiramente suficientemente disciplinar. Esta deve ser a boa resposta das Faculdades de Direito sobre a ligação entre o seu dever da procura contínua e sistemática do que é o Direito e, ao mesmo tempo, do seu dever de encontrar no Direito uma função social que legitime a investigação e que depois seja capaz de devolver em termos sociais para o mundo da democracia onde os direitos do Estado de Direito irão continuar a ter a validade que somos capazes de lhe atribuir.

Álvaro Laborinho Lúcio finalizou com referência à necessidade de saber qual o papel da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no seio da Nova Universidade, nomeadamente na difícil compatibilização da tarefa do trabalho intelectual criativo que exige actividades descomprometidas pautadas por critérios de verdade e originalidade, compatibilizando-o com as tarefas de participação no processo de formação profissional, tarefas assumidas segundo critérios de competência, eficácia e praticabilidade.

José Miguel Júdice revelou que a Faculdade deve sempre ouvir quem exerce profissões jurídicas e não apenas o seu corpo docente, como o fez no contexto destas Jornadas através dos convites endereçados aos seus oradores. O ministério do Direito nesta Faculdade foi em tempos um conjunto de hipóteses teóricas puramente académicas desfasadas dos problemas reais discutidos nos tribunais; isso hoje parece não acontecer de acordo com o que se consegue aferir pela qualidade dos candidatos a estágios nas sociedades de advogados. Nesse sentido, conclui-se que o Ensino do Direito hoje está bastante melhor do que há três décadas atrás.

Não há que temer o cuidado com a aplicação semelhante das palavras Empregabilidade e Economicismo. É mais preocupante que se tenha *cuidado com o cuidado* a ter com a palavra Empregabilidade. As Faculdades têm-se fechado demasiado em *torres de marfim*, continuado num claro desfasamento entre a oferta das qualidades académicas dos licenciados e a procura do mercado de trabalho e fazendo com que os licenciados não se encontrem imediatamente preparados às exigências actuais do mercado de trabalho. O mercado não precisa de práticos jurídicos incapazes de sobreviver a uma alteração legislativa. Raramente aquilo que o mercado recebe é exactamente aquilo de que o estagiário precisa de saber para exercer de imediato.

O problema não é apenas o que se ensina nas Faculdades mas sobretudo a forma como se ensina o Direito. Actualmente os Licenciados encontram-se muito melhor preparados do que

há décadas atrás: hoje em dia são muito mais conhecedores das matérias jurídicas. Os estudantes desta Faculdade serão esmagadoramente os principais advogados de amanhã, muitos farão parte do sector empresarial como juristas e apenas uma pequena parte acabará na magistratura judicial ou na procuradoria.

Todavia estes estudantes sofrem de uma manifesta insuficiência de *soft skills*, sofrem de uma assinalável falta de quociente de inteligência emocional para ultrapassar os obstáculos próprios da sua actividade quotidiana. Existe uma necessidade premente de uma abordagem actualística da estruturação do Curso, de um plano curricular com disciplinas mais vocacionadas para a prática jurídica.

O mercado precisa sobretudo de licenciados intérpretes de normas legais e contratuais, pelo que a existência de uma cadeira da Teoria da Interpretação é uma fórmula substancial de resolução de problemas da prática jurídica. A antecipação de problemas jurídicos, da patologia das normas jurídicas e da argúcia de um advogado mais hábil e preparado é uma qualidade sistematicamente procurada pelo mercado de trabalho. As cadeiras de ética e de comunicação da linguagem jurídica são cadeiras absolutamente fundamentais num plano de Curso de Direito.

A comunicação é uma arma necessária para os juristas de hoje, os quais devem ser capazes de comunicar, escrever e de dominar a linguagem com um rigor absoluto. O Direito é uma ciência da língua e os juristas vivem da subtilidade da interpretação das palavras, pelo que se torna cada vez mais importante a existência de uma cadeira de técnicas de comunicação. Este aspecto seria importante para a interrogação de testemunhas, já que um dos problemas mais trágicos do sistema judicial português é o facto de grande parte das questões colocadas em tribunal não deveriam ser toleradas. Não existe em nenhum Curso de Direito do País nem na própria Ordem dos Advogados uma cadeira de interrogatório e contra-interrogatório em Processo, o que chamamos de *Cross Examination*. É uma falha monumental no Ensino jurídico português.

Há uma profunda necessidade de ensino de métodos de trabalho ao longo do Curso de Direito, não só por razões de eficácia no trabalho, como também da análise de um problema com uma solução concreta ao problema jurídico. São precisas técnicas de organização de trabalho, formas de organização e de metodologias de resolução de problemas jurídicos para a vida prática de um jurista. Os Estagiários de hoje estão altamente preparados mas continuam demasiado afectos às formas académicas de resolução de problemas jurídicos recorrendo a uma série de doutrinas professorais que não resolvem as questões de um caso concreto.

José Miguel Júdice conclui que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é paradigmática da qualidade do Ensino do Direito pelo excepcional trabalho da sua docência mas infelizmente continua a fazê-lo mais no Século XX do que no Século XXI.

Maria João Estorninho referiu que a Escola, pretendendo dar resposta ao Ensino do nosso tempo, está a debater, no órgão próprio que é o Conselho Pedagógico, um novo regulamento de avaliação. A Escola vive um importante momento no que diz respeito a esse processo de reflexão interna que implica uma maturação dos benefícios e malefícios desta mudança dos métodos de avaliação. A questão da reforma do regulamento de avaliação não deve alhear-se da reforma do plano de Curso. A Escola vive em plena comunhão de participação de todos os

seus corpos neste processo. A Avaliação permite fazer cumprir a sua primeira tarefa, a notação e a ordenação dos estudantes, bem como a sua tarefa de fazer o balanço da avaliação ministrada através dos resultados obtidos segundo os seus critérios internos. A Avaliação é sobretudo um espelho do Ensino que se faz nesta Faculdade de Direito. A Faculdade não deve ser uma linha de montagem profissionalizante, pelo que a tentação da especialização excessiva é um erro na formação académica dos estudantes.

Carlos Lacerda Barata deu nota de que existe um reconhecido mérito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no panorama nacional, pela excelência do seu Ensino e da sua classe docente. Para a imagem externa desta Faculdade tem contribuído duas grandes imagens de marca: o Curso nocturno e a Avaliação contínua.

A existência do Curso nocturno é uma característica fundamental desta Faculdade. O Curso nocturno é notavelmente melhor do que no passado, os critérios de exigência neste regime são exactamente os mesmos que os exigidos no regime diurno. A Faculdade tem um sistema único na Avaliação dos seus estudantes, o sistema de avaliação de aulas práticas - a Avaliação contínua. A existência da Avaliação contínua é a outra característica fundamental da Faculdade. É um facto que para que esta instituição seja a mais prestigiada Faculdade de Direito do País muito tem contribuído a manutenção deste sistema único de avaliação contínua, que permite avaliar os estudantes a todo o tempo e sem o qual esta instituição poderá perder o seu prestígio externo. Grande parte dos estudantes que terminam o Ensino Secundário procuram esta Faculdade pelo seu sistema de aulas práticas para um melhor acompanhamento da matéria e para uma formação contínua da construção de um jurista.

Tem de haver uma preocupação cada vez maior com as questões do mercado de trabalho e da boa preparação dos estudantes, nomeadamente através do sistema da avaliação contínua. A reforma de Bolonha veio impedir o melhor nível de preparação dos estudantes desta Faculdade por vários motivos, por isso este plano de Curso deveria ser urgentemente repensado. Os estudantes têm mais disciplinas por ano e cada vez menos tempo para se dedicar a cada uma delas. A dinâmica de participação dos estudantes é cada vez menor e a qualidade geral melhor com grande esforço e sacrifício pessoal dos mesmos. Na sequência da implementação da reforma de Bolonha, esta Faculdade deixou de leccionar aulas práticas durante três horas por semana para passar a leccionar duas por semana, o que prejudicou os estudantes quanto à maturação e domínio das matérias leccionadas, e o nível de exigência e a qualidade de Ensino tiveram necessariamente que descer drasticamente nas aulas práticas.

No 1º semestre do Ano lectivo 2012/2013 houve lugar a 45 dias de exames, entre provas escritas e orais, no 2º semestre do mesmo Ano lectivo haverá 66 dias de exames, entre provas escritas e orais, o que significa que neste Ano lectivo teremos mais de 110 dias de exames consecutivos fora todos os dias de épocas especiais legalmente previstas. A Faculdade serve em primeira linha para ensinar e preparar os seus estudantes e não para avaliar ou examinar exhaustivamente os seus estudantes. Estamos num processo de lógica invertida daquela que se esperava para um melhoramento do Ensino do Direito. No Ano lectivo 2011/ 2012 realizaram-se 13 083 exames do 1º Ano de Licenciatura e 9021 exames do 2º Ano de Licenciatura. Há dez anos atrás, no Ano lectivo 2002/2003 realizaram-se apenas cerca de 3400 exames entre os alunos de 1º Ano de Licenciatura em todas as épocas. Os dados são bastante elucidativos.

Não obstante a qualidade dos estudantes e o esforço dos docentes, a Avaliação contínua de hoje é menos rigorosa do que no passado, pelo número exagerado de alunos por subturma, pelo menor número de aulas semanais, pela semestralização, que acaba por ser uma trimestralização pelas contingências habituais de atrasos de começo e final de aulas. Os docentes têm uma percepção cada vez mais desfasada das reais capacidades dos alunos por não terem sequer tempo de compreender as suas dificuldades de compreensão da matéria.

Carlos Lacerda Barata conclui, portanto, que o Regulamento de Avaliação actual basta à Faculdade de Direito, o problema da Avaliação deve ser revisto mas prende-se mais com o excesso de alunos no Curso de Licenciatura e sobretudo dos inscritos nas aulas práticas. Não é precisa qualquer revolução mas uma mera reforma do regulamento de avaliação actual com vista a resolver este dilema.

Debate entre os Oradores do Painel e os Estudantes e Docentes presentes na Plateia:

Marcelo Rebelo de Sousa questionou os oradores sobre a reforma do plano de estudos e sobre as suas propostas de acordo com a orientação semestral exigida pela reforma de Bolonha. Foram ainda convidados a dar a sua opinião pessoal sobre a proposta do novo regulamento de avaliação da Faculdade. Foi questionada ainda em que termos deve ser concretizada a reforma do Plano de Estudos da Faculdade.

Álvaro Laborinho Lúcio afirmou que a importância que se tenha sempre em conta a máxima “Quem sabe ensinar ensina quem não sabe ensinar escreve livros de pedagogia”. É essencial o retorno político de um investimento nas Faculdades de Direito. Um retorno das Leis à qualidade técnico-jurídica da produção legislativa deve ser uma exigência das Faculdades de Direito, designadamente desta Escola de Direito. A proliferação legislativa obriga as Faculdades de Direito a escrutinar este produto jurídico que são as Leis, circunstância natural à complexidade temporal em que vivemos.

Há que saber se existe uma autonomia epistemológica na fase da realização do Direito, essa autonomização gera um objecto epistemologicamente distinto, que deve ser discutido no seio das Faculdades de Direito. Deve haver um claro empenhamento de compromisso entre Faculdades de Direito e Centros de Formação especializada para Magistrados , um cruzamento essencial relevante numa dimensão científica própria das Faculdades . Existe uma convivência difícil com a implementação do Processo de Bolonha, considerando-se que as virtualidades deste processo ficaram reféns da crise financeira que serviu para negar as falhas dos mercados. O Direito deve ser entendido enquanto essência e objecto autónomos, um incessante processo de procura pelas infindáveis questões jurídicas em comunhão com os interesses dos temas relevantes para os estudantes.

Existe a necessidade de uma disciplina do Direito Constitucional Judicial, por via de uma matriz que conduziria ao estudo da investigação jurídica neste ramo intimamente ligado ao estudo dos Direitos Fundamentais e aos Direitos Humanos. Deve prevalecer uma valorização do Direito substantivo em detrimento do adjectivo, as Faculdades formam mais processualistas do que juristas conhecedores do Direito substantivo o que os afasta da vida da prática jurídica. Devemos procurar o lugar exacto do Direito adjectivo que ainda nos falta encontrar nesta fase.

Maria João Estorninho respondeu que a Reforma deve ser feita apenas uma vez e não devemos entrar em processo de reformas contínuas. A Reforma do Ciclo de Estudos é um cenário do futuro próximo e a delineação contexto onde vamos viver. A Faculdade terá de saber valorar a Avaliação contínua da melhor forma, sobretudo através da proposta que o Conselho Pedagógico pretende apresentar aos estudantes. A nova Universidade de Lisboa define-se com um perfil específico de investigação de topo comprometida com um ensino de excelência. A relação crucial do Ensino com a Investigação é o núcleo duro de discussão nos futuros docentes que serão necessariamente investigadores.

A relação criativa entre estas duas dimensões deve ser uma preocupação de futuro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, questão amplamente relacionada com a passagem de uma cultura de aula para uma cultura de investigação, de ensino para aprendizagem. Conclui que hoje em dia são necessárias *Soft Skills* – falhas de todas as Faculdades da Universidade de Lisboa.

Francisca Soromenho mencionou que no mandato anterior do Conselho Pedagógico foi lançado um amplo debate em torno dos métodos pedagógicos, das tarefas de investigação aplicadas às aulas e ao próprio Ensino como forma de racionalizar estes processos de avaliação. A eficiência começa pela forma de estudo dos estudantes pois estudar mais tempo não é necessariamente estudar melhor e ser mais eficiente.

Ana Nunes de Almeida lembrou a propósito da discussão do plano de estudos que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa terá de se pensar relativamente a uma das vertentes da missão da nova Universidade de Lisboa, constituir-se como uma “research-oriented university” de referência internacional, comprometida com um ensino de excelência. Como se coloca hoje, na Faculdade, a relação entre ensino e investigação? Como se podem gerar sinergias criativas entre estes dois pólos, envolvendo docentes e estudantes? Só reforçando a relação entre eles se conseguirá passar de “uma cultura de aula” para uma “cultura de estudo”, de uma “cultura de ensino” para uma “cultura de aprendizagem”, a que aludiu António Sampaio da Nóvoa na sessão de abertura.

Álvaro Laborinho Lúcio afirmou ainda que devíamos repensar o sentido da investigação na certeza na necessidade de existir uma estratégia global da Faculdade sobre os temas a investigar. A investigação é escolha de cada professor e não a adopção do fio condutor dessa estratégia. Todos concluímos que a Justiça funciona mal mas nenhum centro de investigação de nenhuma Faculdade de Direito se preocupou com o estudo profundo desta questão.

José Melo Alexandrino referiu que é fundamental não beliscar a tradição de avaliação contínua e do rigor e da qualidade em face desse método de Ensino, compatibilizando-a com a liberdade de investigação e com a necessidade de aprendizagens de matérias jurídicas extra-curriculares. É necessária uma orientação estratégica para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, essa informação está patente em relatórios de avaliação de entidades internacionais, uma alteração dos métodos de avaliação de acordo com essa reflexão interna e com relatórios externos da avaliação do Processo de Bolonha.

Januário da Costa Gomes deu nota do *deficit* de tempo ou de tempos para os alunos assumirem e assimilarem as matérias, *deficit* esse agravado por Bolonha. A aceleração das matérias, com a inerente redução de tempo para maturação e assimilação, tem provocado um efeito negativo de “segmentação” das matérias mesmo dentro da mesma disciplina. Também por essa razão, é muito importante que haja um exame final global em todas as disciplinas. As disciplinas centrais de conhecimento jurídico devem regressar a três aulas práticas semanais, admitindo-se um regime diferente nas disciplinas menos formativas ou menos estruturais. Devem ser amplamente discutidos os temas do Plano de Estudos *scripto sensu*, do regulamento de Avaliação e a necessidade de reformas urgentes.

Miguel Romão constatou que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa tem duas grandes características que são típicas da Escola: o facto de ser a única Escola de Direito com ensino nocturno pela importância da função social deste ensino bem como o facto de ser a única escola que aplica o método de avaliação contínua, que se trata de uma valorização deste ensino pela forma como pode despertar mais-valias no aluno com um aparente menor interesse nas matérias em análise.

Luís Frias afirmou que existem dois lados da força da mudança, o professor e o estudante. Contudo, a Faculdade passa mais tempo a discutir entre os professores essa mudança e ouve menos os seus alunos. O professor tem sido sempre o principal motor de mudança, pelo que agora se exige aos professores que liderem esta mudança. Os estudantes de hoje também querem liderar esta mudança. Já não fazem sentido discussões doutrinárias sobre mudanças consensuais que se impõem na vida da Escola, sendo tempo de agir e menos de reflectir evitando que tudo fique como está.

Maria João Estorninho terminou referindo que a Revolução não é o caminho, na medida em que revolução signifique incendiar os ânimos, com o efeito de, a partir de determinada altura, a discussão se tornar estéril. O caminho é o de assumir a coragem da necessidade de melhorar o destino dos estudantes para o mercado de trabalho, mantendo o tradicionalmente bom e suprimindo o tradicionalmente mau neste Regulamento de Avaliação. A Faculdade tem de criar condições para que os estudantes estudem e sobretudo sejam bem sucedidos. Mudar significa melhorar, não revolucionar: significa reformar o que se considerar menos apropriado neste sistema de avaliação. Numa lógica do espírito de eficiência, procura-se fazer o melhor para a Escola evitando o dramatismo.

PAINEL DAS SAÍDAS PROFISSIONAIS: Dificuldades ou Oportunidades?

O Painel das Saídas Profissionais das Jornadas Universitárias da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa contou com a presença de Jorge Magalhães Correia, António Vitorino, António Cluny e Rui Pinto. A moderação deste Painel ficou a cargo do Sr. Presidente da Assembleia de Faculdade, Eduardo Paz Ferreira.

António Vitorino referiu a importância da procura do maior equilíbrio entre a investigação académica e a formação profissional. Presta-se pouca atenção às organizações internacionais nas Faculdades de Direito em geral. Portugal é um País sistematicamente sub-representado nas organizações internacionais, um País pouco desperto para as oportunidades que estas abrem e que não tem uma estrutura administrativa e política que permita incentivar os jovens licenciados em Direito a apresentarem-se a concursos internacionais, nomeadamente na Comissão Europeia. Temos de saber vender candidatos para as organizações internacionais, cursos de formação para candidaturas a Organização das Nações de Investimento, Banco Europeu de Investimento, entre outras. Proximamente vai abrir um concurso do Banco Central Europeu para a supervisão bancária em que vão ter de admitir mais de setecentas pessoas numa primeira fase, designadamente juristas que deviam ser canalizados para estes lugares de interesse.

A advocacia está a mudar de perfil, os escritórios mais especializados estão a ganhar espaço no mercado nacional e a advocacia vai começar a mudar de actividade sobretudo porque as auditoras e as consultoras jurídicas vão entrar organizadamente no mundo da advocacia. A nova Lei das Sociedades de Advogados vai passar a permitir que accionistas que não sejam advogados o que se vai reflectir no exercício de profissão liberal e da ética jurídica. Em contraste desta dinâmica existe um risco da mercantilização da advocacia, um trabalho discriminado e indiscriminado da advocacia traz imensos problemas de futuro e vão trazer uma advocacia de massa com preços em queda e uma advocacia de elite interdisciplinar e multidisciplinar.

Jorge Magalhães Correia constatou que da perspectiva do empregador pode dizer-se que o mercado português oferece mão-de-obra qualificada a um preço adequado, representando o interesse de quem emprega. As grandes sociedades comerciais empregam mais advogados do que juristas, mas ambos são necessários numa orgânica empresarial. Quanto à amplitude da função dentro das empresas, o paradigma está a mudar radicalmente e para melhor. A tendência do passado era para externalizar os serviços jurídicos, hoje a tendência é a inversa numa óptica de incorporação destes departamentos de aconselhamento jurídico: por motivos de custos e por razões de proximidade com o negócio é sempre necessário ter advogados internos próprios da empresa.

Existe hoje uma necessidade jurídica preventiva em função do risco, uma análise preventiva dos riscos que aparentemente reside mais próxima das áreas específicas da auditoria do que da advocacia, mas que revela que os juristas são essenciais nestas actividades por questões

técnicas. Os juristas são mais sensíveis ao risco, o que tem levado a uma valorização da sua actividade no mercado financeiro.

A prevenção jurídica de problemas é uma nova faceta das funções jurídicas, que permite às empresas acautelar determinados riscos próprios da sua actividade. O número de gestores de topo em empresas privadas e públicas licenciados em Direito cresceu fortemente nos últimos anos: trata-se de uma tendência estatística que garante que a formação jurídica está mais valorizada na análise de questões de risco. Não é indiferente para o empregador a Faculdade onde se licenciam, se esta instituição está bem cotada no *ranking* das 20 melhores nacionais.

A Licenciatura é apenas um ponto de partida, considera-se que 80% de formação é adquirida na empresa e no mercado profissional. Permaneceu desde sempre um fosso de linguagem entre as áreas humanísticas e das ciências sociais comparadas com as ciências estatísticas e matemáticas. A formação jurídica traz muitas vantagens na gestão de empresas devido às suas capacidades de adaptação e das suas capacidades humanas e relacionais. Os advogados de empresa têm um papel de construção de soluções, de acordo com a legalidade e com a estratégia comercial da sociedade. Os gestores preocupam-se não só com aquilo que podem deixar de ganhar mas também com aquilo que podem perder.

António Cluny deu nota de que o grande motor de iniciativa para a mudança nesta Faculdade de Direito foram sempre os estudantes. Os cursos de Direito não têm de ser iguais e podem formar noutras áreas, sobretudo na administração pública. Estamos no momento da reforma do Estado pelo que deve existir uma qualificação do funcionalismo público sobretudo com formação jurídica. Portugal é o único País da União Europeia em que os secretários judiciais não têm de ser licenciados em Direito. Não há licenciados a mais neste Curso, quando muito há advogados a mais mas porque é necessário ser advogado para exercer outras profissões jurídicas o que não acontece noutros Países da Europa. Esta Faculdade de Direito tem a obrigação de interferir no debate da Reforma do Estado para que não se traduza num corte de funcionários e para que esta medida governamental permita uma oportunidade de emprego para os seus licenciados.

A discussão das carreiras jurídicas é sempre actual e necessária. Historicamente existiu sempre um amplo debate sobre as profissões forenses. A possibilidade de criação de uma disciplina de defensoria pública, atendendo ao dinheiro que é mal gasto em defesas oficiosas e nas más condições em que é feita, permitiria ultrapassar a actual situação, potenciando uma boa prestação de serviços com a qualidade exigível.

Nada impede que as Faculdades de Direito continuem a preparar os estudantes para do ponto vista científico e cultural ganharem a sua autonomia intelectual para desenvolver a sua aptidão para o exercício das suas profissões que não têm de ser necessariamente jurídicas. Este reparo do carreamento acrítico nota-se também com a inexistência de cadeiras de jurisprudência comparada sobre a mesma matéria, com uma tradição de que a melhor solução é a do Mestre. Esta incapacidade da autonomia intelectual da justiça prende-se com falta de soluções que o caso real exige, o que é um claro resultado do género de Ensino. Reconheceu-se que o sistema de avaliação contínua e grupos de trabalho tem alterado substancialmente este bloqueio ao progresso do conhecimento moderno e virado para a prática jurídica. Nota-se que este sistema de avaliação da Faculdade de Direito de Lisboa traz melhores resultados sobretudo no Centro

de Estudos Judiciários, quando comparados com outras instituições de Ensino de Direito. A pronta resolução dos casos práticos concretos, a eficácia e rapidez nesses raciocínios de solução dos estudantes da nossa Faculdade sobressai face aos estudantes das demais.

Rui Pinto informou que o Gabinete das Saídas Profissionais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa tem cerca de um ano e meio, já realizou uma festa do emprego onde estiveram presentes sociedades de advogados a quem os alunos podiam apresentar a sua oferta de emprego, organizou uma quinzena da empregabilidade em que realizaram sessões de esclarecimento e participou na Futurália – uma Feira de Emprego destinada às Instituições de Ensino Superior de Lisboa.

Pretende criar-se um novo Núcleo de Apoio ao Estudante para que seja um verdadeiro Gabinete de resolução das questões de empregabilidade dos estudantes desta Faculdade. A Associação Académica teve no passado um papel fundamental na ajuda à criação deste Núcleo. Todavia, existe uma necessidade de profissionalizar este Gabinete das Saídas Profissionais à imagem e semelhança do que se encontra noutras Faculdades de Direito.

André Barata mencionou a existência de uma série de problemas no acesso ao emprego, sobretudo no acesso às condições de estágio e no próprio acesso à profissão jurídica por parte da Ordem dos Advogados. A Faculdade tem a responsabilidade de apoiar os seus alunos no acesso ao mercado de trabalho e não apenas investir na sua obrigação de Ensino e de Investigação Jurídica. O número de protocolos com sociedades de advogados, os prémios de investigação com ligação à actividade profissional e a quantidade de concursos públicos para candidaturas de emprego da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é muito inferior aos oferecidos por outras Faculdades.

Conclui-se que a Faculdade deve aproveitar a oportunidade da fusão UL-UTL para dinamizar os Cursos de Licenciatura e Mestrado em novas áreas jurídicas que podem agora usufruir do conhecimento de outras áreas do saber leccionadas pelas Unidades Orgânicas da nova Universidade de Lisboa.

Debate entre os Oradores do painel e os Estudantes e Docentes presentes na plateia:

Ana Nunes de Almeida informou os oradores do Painel das Saídas Profissionais relativamente à celebração de um protocolo por parte da Universidade de Lisboa com a plataforma Universia, bolsa de emprego acessível *on-line* aos empregadores interessados.

Rute Saraiva informou os oradores sobre o funcionamento das Clínicas Legais, rede em que o estudante fica tutoriado por um professor para resolução de um caso concreto, ganhando assim maior proximidade com o trabalho jurídico e sensibilidade dos problemas.

João Galhofo colocou a questão do delineamento estratégico do Gabinete das Saídas Profissionais para o futuro, sobretudo tendo em conta o recente processo de fusão da UL-UTL que muito pode potenciar a empregabilidade dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Referiu ainda a necessidade urgente de parcerias com entidade empregadoras jurídicas.

Rui Pinto disse que talvez o maior proveito que a reforma de Bolonha trouxe à Faculdade fora a celeridade de implementação de determinados procedimentos. A Faculdade desde esse momento esteve sempre em modo evolução, apesar de se encontrar no ano do seu Centenário. A Faculdade tem que lidar com uma gestão pública de recursos quanto ao investimento no seu Gabinete de Saídas Profissionais. A Faculdade abriu-se à sociedade exterior através do processo de Bolonha; contudo, a Faculdade tem falhado na divulgação das informações das suas actividades, designadamente no que diz respeito às Saídas Profissionais.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A Sessão de Encerramento das Jornadas Universitárias da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa contou com a presença da Pró-Reitora, Ana Nunes de Almeida, do Presidente da Comissão de Avaliação Interna da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa e com o Presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro, Alexandre Soares dos Santos.

Alexandre Soares dos Santos referiu que a Universidade tem de perceber que há uma nova sociedade que está a nascer, que ainda não se definiu por ser uma sociedade que sabe o que não quer mas não sabe exactamente o que quer. Actualmente existe uma maior mobilidade laboral, o mercado de trabalho é hoje mundial. A Universidade tem de se preocupar em saber o que é esta instituição daqui a dez anos. Os estudantes têm que sair desta Faculdade com a mente aberta, com o conhecimento do Mundo e preparado para trabalhar em qualquer área de actividade fazendo uso dos conhecimentos que atingiu ao longo deste Curso. As Universidades têm de preparar os estudantes para o Mundo e os estudantes têm de estar preparados para o Mundo. Os jovens portugueses têm de saber dominar outras línguas.

Marcelo Rebelo de Sousa analisou que os desafios de futuro em todos os domínios abordados pelos diferentes painéis ficaram claros perante uma inércia da Faculdade centenária. É a única Escola de Direito numa enorme Universidade cheia de potencialidades que está a nascer, que pode desdobrar-se em actividade cruzando outras áreas do saber e outras Faculdades. É preciso que os estudantes e os docentes estejam despertos para estes desafios próximos. A Faculdade funcionou lentamente a institucionalizar estruturas para novas realidades, precisamos de nos habituar a uma nova dimensão de tempo e de espaço. Tradicionalmente, esta Escola é muito individualista, porque o trabalho de investigação e de pesquisa é essencialmente individual, estando agora a converter-se em colectivo com a criação dos centros de investigação a partir dos institutos jurídicos, com a construção do novo edifício para os centros de investigação e com a criação de um estatuto para o investigador porque os docentes desta Faculdade investigam e ensinam, ao mesmo tempo que mantêm diversas iniciativas com a sociedade civil e estão sujeitos a provas de avaliação permanentes.

Ana Nunes de Almeida constatou que o Gabinete da Garantia da Qualidade da Universidade de Lisboa esteve sempre presente no processo de avaliação interna da Faculdade. A realização das Jornadas Universitárias trouxe um importante progresso neste processo de avaliação e acreditação face a uma situação de paralisação até Dezembro de 2012. Estas Jornadas trouxeram uma oportunidade de reflexão sobre o desafio de um futuro muito exigente no seio da nova Universidade de Lisboa, onde esta Faculdade tem uma vantagem sobre outras Escolas por não haver quem faça sombra no seu domínio disciplinar. A Faculdade de Direito tem um prestígio e uma aura que fazem dela uma jóia da Coroa nesta fusão; contudo a Faculdade deve pensar no seu lugar no seio desta nova Universidade e fazer corresponder a sua imagem à

realidade. Nas sociedades contemporâneas, nunca como hoje as instituições de Ensino Superior estiveram sobre tanto escrutínio dos estudantes e das suas famílias.

A Faculdade está em processo de avaliação da A3ES: depois de uma fase de submissão de informação pelo relatório de auto-avaliação, prepara-se a visita de uma Comissão de Avaliação Externa composta por avaliadores especialistas internacionais.

Nota de Conclusão

Os processos de avaliação e os mecanismos da garantia da qualidade assumem uma importância decisiva para o desempenho integral da missão da Universidade. Nesta medida, e como missão da respectiva autonomia institucional, fundamental para o cumprimento da missão universitária, a nova Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa assumem o desafio de internalizar aqueles domínios, através da criação de uma cultura de monitorização permanente da qualidade e de uma dinâmica de reflexão interna dos seus principais problemas.

Empenhada em reforçar o contributo da Universidade, consubstanciado na capacidade de antecipar o futuro e de propor soluções inovadoras e alternativas aos quadros estabelecidos, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa promove uma formação de excelência dos seus discentes, orientada pela valorização da relação ensino-aprendizagem e pela crescente simbiose entre ensino e investigação. Constituindo a Universidade um espaço de descoberta mas também de construção entre a liberdade científica e a definição de estratégias orientadoras da investigação que atentem na respectiva finalidade e eficácia, designadamente através da validação dos seus resultados por referência a problemas e solicitações concretas, e através do questionamento crítico de posicionamentos doutrinários dominantes.

A Cultura das Profissões deve igualmente estar presente na organização e funcionamento quotidiano da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, preparando e apoiando a integração dos seus diplomados no mercado de trabalho, dotando-os de conhecimentos e de competências para o exercício de profissões jurídicas tradicionais, para o desempenho de funções em organizações internacionais, de tarefas de gestão empresarial, entre outras, bem como dotando-os de capacidade de adaptação a desafios estruturais como a alteração de perfil do exercício da advocacia ou a crescente mobilidade funcional.

Nestes termos, o Plano de Estudos deve combinar as exigências de uma formação de elevada qualidade científica, técnica e intelectual com o desenvolvimento de competências profissionais contemplando, nomeadamente, áreas como a teoria da interpretação, jurisprudência comparada, ética, métodos de trabalho, técnicas de inquirição e argumentação.

À semelhança de outras instituições nacionais de Ensino Superior do Curso de Direito, encontra-se perante o desafio de se adequar às consequências imediatas de reforma do Plano de Estudos, diminuindo o número de unidades curriculares por semestre, aumentando a carga horária das aulas práticas, o diminuindo o tempo das épocas de exames e dos próprios exames. Existe ainda a necessidade de apresentar uma ampla oferta formativa, de modo a que que, de acordo com as orientações dadas por Bolonha, se respeite a liberdade, a opção e a responsabilidade dos discentes na conformação dos respectivos *curricula*.